

Tupaciguara, 25 de janeiro de 2022

Ao

**Departamento de Licitações | DL.**

**ATT.: Sr. Paulo Ricardo Costa de Araújo** | Presidente (PMT).

**Sr. Marcelo Novais Borges** | Presidente (DAE).

**REF.: IMPUGNAÇÃO ao Edital Concorrência Pública nº.: 007  
| 2021**

**DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA. - EPP.** - com sede na cidade de Volta Redonda, na Rua Alberto Pasqualine, nº.: 184 - Casa, Vila Santa Cecília, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas | CNPJ. do Ministério da Economia | ME. - gerenciado pela Receita Federal do Brasil | RFB. sob o nº.: 02.942.624 | 0001-53, neste ato representada por **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA** - brasileiro, jornalista e administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade | Registro Geral (RG.) nº.: 076.986.76-9 (Instituto Félix Pacheco | IFP. - RJ.) - emitida em 05.09|1985 e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas | CPF. do Ministério da Economia | ME. - gerenciado pela Receita Federal do Brasil | RFB., com o nº.: 942.150.737-15; nos autos da **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021, Processo Licitatório nº.: 121 | 2021**, vem - tempestivamente e de acordo com o disposto no **item 2 do Capítulo XV | DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO, IMPUGNAR - TEMPESTIVAMENTE**, diversas questões do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**, que apresentamos a seguir:

- | -

### **DA IRREGULAR FORMAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

**01/-** A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA descumpre os termos da redação do **parágrafo 4º do artigo 10 da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010 - a chamada LEI DA PUBLICIDADE**, que segue transcrita abaixo - na íntegra.

**Parágrafo 4º** - A relação dos nomes referidos nos **parágrafos 2º e 3º deste artigo** será publicada na imprensa oficial, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

**01.1/-** Em resposta a nosso questionamento datado de 21.01|2022 (sexta-feira) sobre a formação da SubComissão Técnica de Julgamento das propostas técnicas - nos termos dos **parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º - todos do artigo 10 da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**; a Comissão Permanente da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA nos respondeu no mesmo dia 21.01|2022 que **“a sessão para sorteio ainda não foi realizada, provavelmente na segunda-feira será publicada a data da sessão com os nomes dos indicados”**.

**PERGUNTA:** Já o foi realizada a sessão pública para o sorteio da escolha dos membros da subcomissão técnica e onde e quando foi publicado os nomes sorteados que irão compor a subcomissão técnica para julgamento das propostas referente à **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021?**

**RESPOSTA:** Bom dia, a sessão para sorteio ainda não foi realizada, provavelmente segunda-feira será publicada a data da sessão com os nomes dos indicados.

**01.2/-** Sendo segunda-feira - ontem: 24.01|2022, a data que *“provavelmente”* ainda seria publicada a data da futura sessão com os nomes dos indicados - em cotejamento simples, pode-se perceber que o prazo exigido de 10 (dez) dias constante transparentemente no **parágrafo 4º do artigo 10 da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010 - LEI DE REGÊNCIA**, não está sendo cumprido - visto que o certame licitatório em tela está agendado para 31.01|2022 - segunda-feira.

**01.3/-** Em matemática simples, mesmo que se tenha publicado ontem (24.01|2022 - segunda-feira) e - por prazo legal, se contasse o prazo ora atacado a partir de hoje (25.01|2022 - terça-feira), 10 (dez) dias corridos cairiam no dia 03.02|2022 - quarta-feira.

**01.3.1/-** Ou seja, resta evidente que a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA **perdeu o prazo legal** para a publicação oficial da relação dos nomes dos profissionais a serem sorteados para a formação da SubComissão Técnica de Julgamento das propostas técnicas relativas à **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**.

**01.4/-** Por ÓBVIO, é INDUBITÁVEL que um certame licitatório a ser julgado por uma IRREGULAR SubComissão Técnica de Julgamento das propostas técnicas pode impactar diretamente no andamento da **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**, podendo gerar futuros prejuízos técnicos e financeiros às empresas LICITANTES que - ao participarem nessas frágeis condições, as AGÊNCIAS terão que assumir riscos DESNECESSÁRIOS e INADEQUADOS.

**01.5/-** Deve a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT. CORRIGIR e LEGALIZAR os procedimentos da formação da SubComissão Técnica de Julgamento das propostas técnicas relativas à **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** - nos termos do **artigo 10 da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**; deixando TRANSPARENTE seus atos e possibilitando - assim, que as empresas LICITANTES consigam apresentar suas propostas de forma SEGURA e INQUESTIONÁVEL.

**- II -**

**SOBRE A AUSÊNCIA DE CORRETA DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**02.1/-** O item 1 do inciso XIII | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e do item 6.1 da Cláusula sexta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Anexo III | MINUTA DE CONTRATO do Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021 não apresenta as informações obrigatórias indicadas no **artigo 21 do Capítulo IV da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010** - ou seja, não discriminam “as dotações orçamentárias destinadas às despesas com publicidade institucional e com publicidade de utilidade pública”, tornando INSEGURA a correta apresentação das propostas pelas empresas LICITANTES e projeta uma ILEGAL execução contratual.

**02.2/-** Seguem abaixo - para ciência, as transcrições - na íntegra, das redações do item 1 do inciso XIII | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e do item 6.1 da Cláusula sexta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Anexo III | MINUTA DE CONTRATO do Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021; e do artigo 21 do capítulo IV da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010:

**XIII | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**1** - As despesas decorrentes da prestação de serviços a ser contratada correrão à conta das dotações orçamentárias referente ao ano de 2021 abaixo descritas:

Para a **PREFEITURA**:

**02.01.01.04.122.0002.20004.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Dotação 011 - 01.0000.0000.0000**

Para o **DAE**:

**04.122.0002.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Dotação 011**

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - As despesas decorrentes da prestação de serviços a ser contratada correrão à conta das dotações orçamentárias referente ao ano de 2021 abaixo descritas:

Para a **PREFEITURA**:

**02.01.01.04.122.0002.20004.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Dotação 011 - 01.0000.0000.0000**

Para o **DAE**:

**04.122.0002.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Dotação 011**

**Artigo 21** - Serão discriminadas em categorias de programação específicas no projeto e na lei orçamentária anual as dotações orçamentárias destinadas às despesas com publicidade institucional e com publicidade de utilidade pública, inclusive quando for produzida ou veiculada por órgão ou entidade integrante da administração pública.

**02.3/-** Tal exigência tem sido cobrança constante dos Tribunais de Contas do país. No Estado do Rio de Janeiro - mais recentemente, o **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. | RJ.** em auditoria governamental realizada na Prefeitura Municipal de Petrópolis através do **Processo TCE. - RJ. nº.: 206.724-5|8** - assim determinou em comunicação formal ao Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica:

*“Discrimine, na elaboração das próximas Leis Orçamentárias, as dotações destinadas à Publicidade Institucional e de Utilidade Pública, conforme o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº.: 12.232/10”.*

**02.4/-** Deve a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT.** CORRIGIR as redações do **item 1 do inciso XIII | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** e do **item 6.1 da Cláusula sexta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do Anexo III | MINUTA DE CONTRATO do Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** - aos termos da redação do **artigo 21 do Capítulo IV da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010.**

- III -

**DA IRREGULAR E ILEGAL PERMISSÃO DE  
PREÇOS INEXEQUÍVEIS E AINDA NÃO INDICADOS**

03/- Em análise sequencial, a exigência constante no conteúdo da **alínea 'b.1' do Capítulo VI | DA PROPOSTA DE PREÇOS**; da **alínea 'a' do item 6.3 do Capítulo 6 | DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO**; da **observação do item 1 do Anexo MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS** (sem numeração) - todas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**, cuja redações seguem abaixo - na íntegra, são **IRREGULARES**, como demonstraremos na sequência.

**VI | DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**b.1)** A LICITANTE não poderá propor valor inferior a **60 %** (sessenta por cento) ou superior a **90 %** (noventa por cento) de desconto, configurando proposta inexequível, sob pena de desclassificação.

**6.3 -** Com base na análise dos fatores indicados, a Comissão Permanente de Licitação fará a classificação das Propostas de Preços, desclassificando aquelas que:

**a)** Não apresentarem desconto ou apresentarem desconto inferior a **60 %** (sessenta por cento) ou apresentarem desconto que configure preço irrisório, configurando uma proposta inexequível, com desconto superior a **90 %** (noventa por cento) sobre os custos internos de produção (criação e montagem) de propaganda, **renunciando à remuneração por sua atividade criativa.**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**1 -** O percentual de desconto proposto é de \_\_\_\_% (\_\_\_), incidente sobre os custos internos de produção (criação e montagem) da empresa, tendo por base a tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda no Estado de Minas Gerais - SINAPRO. | MG.

**Obs.:** Os descontos propostos pelos LICITANTES deverão ser de - **no mínimo: 60 % (sessenta por cento)** sobre a tabela "Lista de Referência de Custos Internos" vigente do SINAPRO. | MG. Também são **vedados descontos superiores a 90 % (noventa por cento)** sobre a referida tabela.

**03.1/-** Inicialmente - que se destaque que a chamada **Lei da Publicidade: a Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010** - uma **LEI ESPECÍFICA**, normatiza os critérios a serem utilizados em licitações para contratações de serviços de publicidade e propaganda em administrações públicas e - assim sendo, **DETERMINA** que as exigências para apresentação da proposta de preço deverá estar harmonizada com as “*formas de remuneração vigentes no mercado publicitário*”, como pode ser percebido em simples leitura do **inciso V do artigo 6º do Capítulo II da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**, que segue transcrito na sequência - na íntegra:

**CAPÍTULO II**  
**DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

**Artigo 6º** - A elaboração do instrumento convocatório das licitações previstas nesta Lei obedecerá às exigências do **artigo 40 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21 de junho de 1993**, com exceção das previstas nos **incisos I e II do seu parágrafo 2º**, e às seguintes:

**V - A proposta de preço conterá quesitos representativos das formas de remuneração vigentes no mercado publicitário (grifos nossos).**

**03.2/-** Tal procedimento se torna ainda mais ADEQUADO face que a utilização como base dos valores estabelecidos na **Lista de Referência de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais (SINAPRO | MG.)** está claramente indicada e **NORMATIZADA** pela redação do **item 3.6 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária | NPAP**. - emitidas pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão | CENP. - em 16.12|1998. Como comprovação - segue abaixo, a transcrição da redação do supracitado item - na íntegra:

*“3.6 - Todos os demais serviços e suprimentos terão o seu custo coberto pelo CLIENTE, deverão ser adequadamente orçados e requererão prévia e expressa autorização do Cliente para a sua execução.*

*O custo dos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria AGÊNCIA, será calculado com base em parâmetros referenciais estabelecidos pelo Sindicato da base territorial onde a AGÊNCIA estiver localizada e não será acrescido de honorários nem de quaisquer encargos”. (grifos nossos)*



**03.3/-** Por sua vez, o manual **LICITAÇÕES PÚBLICAS DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS COMO PREPARAR O PROCESSO LICITATÓRIO** da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE | ABAP, em sua página 05 (cinco), indica que - em relação à exequibilidade das propostas, o percentual limite de desconto máximo é de 30 % (trinta por cento), como pode ser percebido na transcrição da redação do referido texto, que segue na sequência - na íntegra:

**LICITAÇÕES PÚBLICAS DE SERVIÇOS  
PUBLICITÁRIOS  
COMO PREPARAR O PROCESSO LICITATÓRIO  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE  
PUBLICIDADE | ABAP.**

A Proposta de Preço levará em consideração os valores da Tabela Referencial de Custos Internos editada pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado em que se realiza a licitação, bem como os percentuais estabelecidos pelas Normas-Padrão da Atividade Publicitária, como honorários sobre custos externos.

Deve ser atendida a disposição do **parágrafo 3º do artigo 44 da Lei Federal nº: 8.666 - de 21.06|1993**, onde se estabelece a impossibilidade de apresentação de propostas com preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado (**itens 3.6, 3.6.1 e 3.6.2 das Normas-Padrão**).

Eventuais disposições quanto à concessão de descontos sobre a Tabela Referencial de Custos Internos e sobre os honorários de Produção ou Fornecimento externo deverão se limitar a percentuais razoáveis e que não impliquem no risco de inexecução do Contrato.

A pontuação (no caso da licitação ser do tipo “**Técnica e Preço**”) dada à Proposta de Preço levará em consideração a concessão de descontos sobre os custos internos e sobre os honorários de produção externa, assim como - eventualmente, o valor mensal fixo a ser pago pelos serviços permanentes de orientação | consultoria | assessoria | gerenciamento permanente de comunicação e marketing, mas deverá estabelecer descontos viáveis, de forma a atender o **Princípio da Exequibilidade** do Contrato.

Tais exigências do Edital, quanto à concessão de descontos sobre os “*custos internos*” e sobre “*honorários de produção e suprimento externos*”, devem atender às disposições do **parágrafo terceiro do artigo 44**, e do **parágrafo primeiro do artigo 46 - da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**.

Assim, não é admissível que se estabeleça a possibilidade de propostas que “apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero”, incompatíveis com os preços de mercado. A exigência do **artigo 46, parágrafo 1º da citada Lei**, no que tange à fixação do preço máximo que a Administração Pública se propõe a pagar no caso de licitações do tipo “*melhor técnica*”, não se sobrepõe ao **parágrafo 3º do artigo 44 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**.

Levando em consideração que as Normas-Padrão da Atividade Publicitária, ao estabelecer em seu **item 3.6 e subitens** que os percentuais de remuneração da agência quanto aos “*custos externos*” (percentual aplicável de **15 %** (quinze por cento) sobre os custos externos) bem como quanto aos custos internos (Tabela de Custos Internos dos Sindicatos das Agências de Propaganda de cada Estado), representam “**os preços de mercado**”, para os fins e efeitos do **parágrafo 3º do artigo 44 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**, recomendamos que:

a) Em relação aos custos internos, o desconto máximo sobre a Tabela de Custos Internos dos Sindicatos das Agências de Propaganda - aceitável, deve ser de até **30 %** (trinta por cento).

**03.3/-** Por sua vez, o manual **DESCOMPLICANDO A ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA LICITAÇÕES DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS** da **FEDERAÇÃO NACIONAL DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA | FENAPRO**, em sua página 28 (vinte e oito), indica que - em relação à exequibilidade das propostas, o percentual limite de desconto máximo é de 40 % (quarenta por cento), como pode ser percebido na transcrição da redação da **alínea ‘a’ do item 14.3** referido texto, que segue na sequência - na íntegra:



**14.3** - Os quesitos a serem valorados são os integrantes do **item 1.1** da Proposta de Preços da LICITANTE, cujo modelo constitui o **Anexo III**, ressalvado que - nos termos do **parágrafo 1º do artigo 46 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**, não será aceito:

a) Desconto superior a **40 %** (quarenta por cento) em relação aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado \_\_, a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela licitante, referentes a peças e/ou material.

**03.4/-** Em continuidade informativa, as **NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.** - emitidas pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** foram reconhecidas como aplicáveis pelo **Decreto Federal nº.: 4.563 - de 31.12|2002** e pelo **Conselho Administrativo de Defesa Econômica | CADE.** - em **18.01|2017**.

**DECRETO FEDERAL nº.: 4.563 - de 31.12|2002**

**Artigo 1º** - O **artigo 7º** do Regulamento aprovado pelo **Decreto Federal nº.: 57.690 - de 01.02|1966**, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Artigo 7º** - Os serviços de propaganda serão prestados pela AGÊNCIA mediante contratação - verbal ou escrita, de honorários e reembolso das despesas previamente autorizadas, tendo como referência o que estabelecem os **itens 3.4 a 3.6, 3.10 e 3.11 - e respectivos subitens, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária**, editadas pelo **Conselho Executivo das Normas-Padrão | CENP.**, com as alterações constantes das Atas das Reuniões do Conselho Executivo - datadas de 13 de fevereiro, 29 de março e 31 de julho - todas do ano de 2001; e registradas no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, respectivamente sob os nºs.: 263447, 263446 e 282131". **(grifos nossos)**

**03.5/-** Mais! A própria PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT. - corretamente, reconhece a aplicação das **NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.** - emitidas pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.**, mas estranhamente, não as aplica, em confronto com as corretas "*formas de remuneração vigentes no mercado publicitário*" - nos termos do **inciso V do artigo 6º da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010** e do próprio **item 3.6 das NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.**

**03.6/-** Tal fato se torna ainda mais grave por que as agências de publicidade - por força de exigência legal - em obediência aos termos do **parágrafo 1º do artigo 4º do Capítulo I | Disposições Gerais da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**; para estarem habilitadas ao atendimento de órgãos públicos (o que - por consequência lógica, inclui a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT.) são OBRIGADAS a obter o certificado de qualificação técnica emitido pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP**. A transcrição da referida citação normativa segue na sequência - na íntegra.

**“Parágrafo 1º - O certificado de qualificação técnica de funcionamento previsto no ‘caput deste artigo’ poderá ser obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão | CENP., entidade sem fins lucrativos, integrado e gerido por entidades nacionais que representam veículos, anunciantes e agências, ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de AGÊNCIAS de propaganda”. (grifos nossos)**

**03.7/-** E que se destaque que - até a presente data e desde a promulgação da **Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**, não se encontra em operação no país outra “*entidade equivalente*” - nos termos da **Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010**.

**03.8/-** Em conclusão lógica, as AGÊNCIAS de propaganda precisam cumprir e respeitar as **NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP**. para conseguirem o certificado emitido pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP**. - como também, para serem recertificadas.

**03.8.1/-** E para obter tal certificação junto ao **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP**. as agências de publicidade devem cumprir um rol de exigências técnicas, financeiras e administrativas - como está formalmente informado na redação do **item 2.5.1 do capítulo 02 das NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.**, cuja transcrição segue - na sequência:

**2.5.1 - Toda Agência que alcançar as metas de qualidade estabelecidas pelo CENP., comprometendo-se com os custos e atividades a elas relacionadas, habilitar-se-á ao recebimento do “Certificado de Qualificação Técnica”, conforme a alínea ‘f’ do inciso I do artigo 17 do Decreto Federal nº.: 57.690 - de 01.02|1966, e fará jus ao “desconto padrão de agência” não inferior a 20 % (vinte por cento) sobre o valor dos negócios que encaminhar ao Veículo por ordem e conta de seus CLIENTES. (grifos nossos)**

**03.8.2/-** E a seriedade da FISCALIZAÇÃO e a possibilidade de penalização às AGÊNCIAS de propaganda que não respeitem o regramento estabelecido pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** pode-se constatar na leitura do **subitem 2.5.3.3 do capítulo 02 das NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.**, que segue transcrito - abaixo:

**“02 | DAS RELAÇÕES ENTRE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE, ANUNCIANTES E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO**

**2.5.3.3 -** *A fim de garantir a efetividade das Normas-Padrão e a publicidade de seus atos, o CENP. deverá divulgar a decisão de reduzir o prazo de validade, suspender ou cancelar o “Certificado de Qualificação Técnica”, expedindo circulares, publicando-as em boletins e no “website” para conhecimento dos associados fundadores e institucionais, autoridades públicas e Veículos de Comunicação”.* **(grifo nosso)**

**03.8.3/-** Os certificados obtidos pelas agências de publicidade junto ao **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** têm validades específicas e - inicialmente, curtas, já que as empresas são constantemente avaliadas quanto ao cumprimento e adequação às **NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.** e à adequação ao ambiente da autorregulamentação publicitária.

**03.8.4/-** O monitoramento da atuação e postura das agências de publicidade certificadas pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** é crescente e inflexível, tanto que a entidade apresentou ao mercado um padrão ainda superior - administrativamente e eticamente: o Manual *"Compliance e proposições éticas na autorregulação da publicidade"* - editado pelo CENP. - em 2014.

**03.8.5/-** Enfim, resta evidente e INDUBITÁVEL que para se manterem certificadas e/ou serem recertificadas pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** as agências de publicidade devem cumprir as rígidas, éticas e profissionais **NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.**

**03.8.6/-** Por fim, as AGÊNCIAS de Publicidade que não respeitarem o regramento estabelecido pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** correm o risco de não serem certificadas ou mesmo de perderem o Certificado de Qualificação Técnica | CQT. emitido pelo **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP.** e - sem o mesmo, ficam IMPEDIDAS de participarem de licitações públicas e/ou de atenderem a CLIENTES públicos.

**03.9/-** E estamos falando mais do que a fase inicial do processo licitatório, mas também a completa futura execução contratual, já que para continuarem aptas e legalizadas no atendimento de contratos de administrações públicas, as AGÊNCIAS de publicidade - por força da redação do **inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**, devem manter em validade as mesmas condições de **regularidade fiscal** do quando do processo licitatório, inclusive o certificado obtido pelas agências de publicidade junto ao **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO | CENP**.

**“Artigo 55 - São cláusulas necessárias em todo Contrato as que estabeleçam:**

**XIII - A obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”.**

**03.10/-** Portanto, os termos propostos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT. nas redações da **alínea ‘b.1’ do Capítulo VI | DA PROPOSTA DE PREÇOS**; da **alínea ‘a’ do item 6.3 do Capítulo 6 | DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO**; da **observação do item 1 do Anexo MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS** (sem numeração) - todas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** são **IRREGULARES** e em **condições antieconômicas**, como se pode concluir na leitura atenta da legislação vigente no país.

**03.10.1/-** Nos termos do **subitem 2.9 das NORMAS-PADRÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA | NPAP.:**

**“2.9 - Conforme determina a alínea ‘f’ do inciso I do artigo 17 do Decreto Federal nº.: 57.690 - de 01 de fevereiro de 1966, é vedada a contratação de propaganda em condições antieconômicas, anticoncorrenciais ou que importem concorrência desleal (grifo nosso), podendo o CENP., diante de tais condutas, aplicar as sanções previstas no **artigo 74 dos seus Estatutos**, bem como representar à autoridade competente, para a imposição das sanções previstas na legislação aplicável”. (grifos nossos)**

**03.10.2/-** Nos termos da **alínea ‘f’ do inciso I do artigo 17 do Decreto Federal nº.: 57.690 - de 01 de fevereiro de 1966:**

**“Decreto Federal nº.: 57.690  
- de 01 de fevereiro de 1966**

**SEÇÃO 3ª**

**Da Ética Profissional**

**Artigo 17 -** A AGÊNCIA de Propaganda, o Veículo de Divulgação e o Publicitário em geral, sem prejuízo de outros deveres e proibições previstos neste Regulamento, ficam sujeitos - no que couber, aos seguintes preceitos, genericamente ditados pelo **Código de Ética dos Profissionais da Propaganda** a que se refere o **artigo 17 da Lei Federal nº.: 4.680 - de 18 de junho de 1965:**

**I - Não é permitido:**

**f) Contratar propaganda em condições antieconômicas ou que importem em concorrência desleal”. (grifos nossos)**

**03.11/-** Deve a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT. CORRIGIR a redação da exigência contida na da **alínea ‘b.1’ do Capítulo VI | DA PROPOSTA DE PREÇOS;** da **alínea ‘a’ do item 6.3 do Capítulo 6 | DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO;** da **observação do item 1 do Anexo MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS** (sem numeração) - todas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** - aos termos da redação do **inciso V do artigo 6º do Capítulo II da Lei Federal nº.: 12.232 - de 29.04|2010,** aos termos do **subitem 2.9 e item 3.6 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária | NPAP.** e aos termos da redação da **alínea ‘f’ do inciso I do artigo 17 do Decreto Federal nº.: 57.690 - de 01 de fevereiro de 1966,** para que as empresas LICITANTES possam apresentar suas propostas comerciais de forma SEGURA, OBJETIVA, INQUESTIONÁVEL e EXEQUÍVEL.

**03.12/-** Pelo exposto, deve à PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT.:

- Explicar e justificar a inclusão de possibilidade de apresentação de desconto de até **90 % (noventa por cento)** em relação aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais - SINAPRO | MG., a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela licitante, referentes a peças e/ou material, constante nas redações da **alínea ‘a’ do item 6.3 do Capítulo 6 | DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO;** da **observação do item 1 do Anexo MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS** (sem numeração) - todas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021;**

- Apresentar - TRANSPARENTEMENTE e PREVIAMENTE, qual o critério de inexecutabilidade e a base legal que vai aplicar no julgamento das propostas comerciais das empresas LICITANTES.



**- IV -**

**DA IRREGULAR INCLUSÃO DE SERVIÇOS  
NO OBJETO DO CONTRATO**

**04/-** A possibilidade de contratação de publicidade legal constante nas redações no **Capítulo I | OBJETO** e na **alínea 'd' da Cláusula Primeira | DO OBJETO do Anexo II | MINUTA DE CONTRATO** - ambas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**; é INADEQUADA para contratações de serviços de publicidade e propaganda em órgãos públicos. As referenciadas redações seguem abaixo - na íntegra.

**I - OBJETO**

d) Produção e veiculação de anúncios, publicidade institucional e legal em emissoras de rádio, TV, jornais, revistas e em meios alternativos, podendo ter abrangência local, regional, estadual e/ou nacional.

**ANEXO III | MINUTA DE CONTRATO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA | DO OBJETO**

d) Produção e veiculação de anúncios, publicidade institucional e legal em emissoras de rádio, TV, jornais, revistas e em meios alternativos, podendo ter abrangência local, regional, estadual e/ou nacional.

**04.1/-** Como é de conhecimento do mercado publicitário e normatizado pelo **artigo 5º do Capítulo II | DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21.06|1993**; agências de publicidade só podem ser contratadas através dos tipos | modalidades “Melhor Técnica” ou “Técnica e Preço”. Ou seja, é uma contratação que privilegia o caráter técnico das propostas e - assim sendo, não podem ser realizadas através do tipo | modalidade “Menor Preço” ou por Pregão.

**CAPÍTULO II**

**DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

**Artigo 5º** - As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no **artigo 22 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 21 de junho de 1993**, adotando-se como obrigatórios os tipos melhor técnica ou técnica e preço.



**04.2/-** Em lógica contrária, a veiculação de publicidade legal (seja através de portarias, decretos, atos licitatórios etc.), - por se tratar de compra simples de espaços publicitários (sem necessidade de técnica para criá-los ou veiculá-los), podem e devem ser contratados através do tipo | modalidade “Menor Preço” ou por Pregão. E isso ocorre em todo o país.

**04.3/-** A redação do **artigo 9º do Decreto Federal nº.: 6.555 - de 08.09|2008** deixou transparente essa distinção legal e administrativa:

**Decreto Federal nº.: 6.555 - de 08.09|2008**  
**Artigo 9º** - As ações de publicidade do Poder Executivo Federal serão **executadas por intermédio de agência de propaganda, com exceção da publicidade legal** veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito

**04.4/-** Deve a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA | PMT. CORRIGIR e ADEQUAR a redação da exigência contida na da **Capítulo I | OBJETO** e na **alínea ‘d’ da Cláusula Primeira | DO OBJETO do Anexo II | MINUTA DE CONTRATO** - ambas do **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** - aos termos da redação do **artigo 9º do Decreto Federal nº.: 6.555 - de 08.09|2008**, para que o processo licitatório ora em análise possa transcorrer de forma SEGURA, OBJETIVA e INQUESTIONÁVEL.

**05/-** Em nome dos **Princípios da Razoabilidade, da Eficiência, da Economicidade, da Supremacia do Interesse Público e da Segurança Jurídica**; e diante da gravidade do conjunto de IRREGULARIDADES e VÍCIOS INSANÁVEIS apresentados e expostos - DETALHADAMENTE, no conjunto de nossa **IMPUGNAÇÃO**; que DEVASSOU os erros, incoerências, omissões, IRREGULARIDADES e ILEGALIDADES - tornando inviável a apresentação das Propostas - Técnicas e Comerciais das empresas LICITANTES, de forma SEGURA e OBJETIVA, a LICITANTE **DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL - EPP**. requer que suas alegações de IMPUGNAÇÃO sejam aceitas e que o **Edital Concorrência Pública nº.: 007 | 2021** seja CORRIGIDO, com a consequente REMARCAÇÃO da data de apresentação das propostas técnicas e comerciais, nos termos do **parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Federal nº.: 8.666 - de 29.06|1993**; e - dessa forma, ANULANDO os atos pregressos IRREGULARES ora atacados, RECOMEÇANDO, REPUBLICANDO e REMARCANDO a data da primeira sessão pública da **Concorrência Pública nº.: 007 | 2021**.

Tupaciguara, 25 de janeiro de 2022

GERALDO ANDRE MACIEL  
COSTA:94215073715

Assinado de forma digital por GERALDO  
ANDRE MACIEL COSTA:94215073715  
Dados: 2022.01.25 14:25:57 -03'00'

**GERALDO COSTA**  
Diretor de Atendimento e Planejamento  
Duelo Comunicação Total



Ministério da Indústria, do Comércio e dos Serviços

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33.2.0622397-5  
Protocolo: 19-2015/318303-9 - 08/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM  
E DATA ABAIXO. 22/09/2015. E O REGISTRO SOB O NÚMERO

00002817479  
DATA: 22/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

ATRÍCUL  
R DO C

19-2015/ 3 1 8 3 0 3 - 9 08 set 2015 16:56  
Delegacia de Volta Redonda Guia: 101708297  
3320622397-5 Atos: 105  
DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
HASH:S15093183039T

19-2015/ 3 1 8 3 0 3 - 9 21 set 2015 16:03  
Delegacia de Volta Redonda Guia: 101708297  
3320622397-5 Atos: 105  
DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
HASH:S15093183039S

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 160,00 Paga: 160,00  
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Paga: 21,00  
ULT. ARQ.: 00002766918 28/05/2015 105

Você não podendo ser retiradas ou substituídas as rotinas numeradas  
contidas no processo nos termos da Portaria nº 189/88 da JUCERJA.

Em: 14/09/2015

Ass.  
Servidor:  
Nome:

Cristina Moura Rezende Azi  
Matrícula - 375627  
4ª Delegacia da JUCERJA  
Volta Redonda

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ES  
NOME: DUELO COMUNICACAO TOTAL  
(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
				ALTERAÇÃO CAPITAL

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

VOLTA REDONDA  
Local  
04/09/15.  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: GERALDO A. M. COSTA

Assinatura:

Telefone de contato: 24-33420298

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

02.942.624/0001-53

☐ SIM

13/11  
Processo em ordem.  
À decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

## DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.22/09/15  
Data

Hallison Cristina Silva de Araújo  
Responsável  
Matrícula - 259565  
4ª Delegacia da JUCERJA  
Volta Redonda

## DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Presidente da Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975  
Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C  
Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DA FCPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO

RJ.95.55.68.79 - 02.942.624.000.153

2882113

## 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA - EPP

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02.942.624/0001-53

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

247 Alteração de capital social - 08/09/2015  
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

## 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

GERALDO ANDRE MACIEL COSTA

CPF

942.150.737-15

LOCAL

DATA

08/09/2015

## 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 878.855.577-15

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/dbc.asp>

08/09/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário GeralJunta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015



## DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA - EPP.

288211

Pelo presente instrumento contratual da décima primeira alteração contratual, **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, jornalista, nascido em 08.12/1967, natural do estado do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº.: 076.986.76-9 (IFP./RJ.), emitida em 05.09/1985, inscrito no CPF. do MF sob o nº.: 942.150.737-15 residente e domiciliado na cidade de Barra Mansa/RJ., na Rua Prefeito Mário Pinto dos Reis, nº.: 124, bairro Verbo Divino, CEP.: 27.345-360 e espólio de **EDSON RODRIGUES COSTA**, aqui representado pela inventariante **ANTÔNIA CONSUELITA MACIEL COSTA**, brasileira, viúva, inscrita no CPF. do MF. sob o nº.: 104.812.547-57, portadora da carteira de identidade nº.: 633.305 (IFF./RJ.), emitida em 13.04/1970, residente e domiciliada na cidade de Barra Mansa/RJ., na Rua Pedro Flores, nº.: 68, bairro Estamparia, CEP.: 27.331-090, únicos sócios da firma **DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA EPP**, com contrato social registrado na JUCERJA sob o nº.: 33.2.0622397-5 em 18.01/1999, inscrita no CNPJ. do MF. sob o nº.: 02.942.624/0001-53, resolvem pela melhor forma do Direito e de acordo com a Lei Federal nº.: 10.406 - de 10 de janeiro de 2002, proceder a alteração da sociedade empresária limitada, na qual tratam do aumento de capital social e posterior consolidação dos atos societários na forma abaixo:

**1 - Os sócios resolvem neste ato alterar a cláusula terceira do instrumento contratual da sociedade empresaria limitada na forma abaixo:**

O Capital Social é aumentado nesta data, passando a ser de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), divididos em 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 845.750 (oitocentos e quarenta e cinco mil e setecentos e cinquenta) quotas de **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**, totalizando a sua participação no montante de R\$ 845.750,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais) e 4.250 (quatro mil e duzentos e cinquenta) quotas do **Espólio de EDSON RODRIGUES COSTA**, já qualificado, totalizando a sua participação no montante de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), integralizados e subscritos em moeda corrente do país neste ato, oriundos dos lucros acumulados.

SÓCIO	QUOTAS	VALORES (R\$)
GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA	845.750	R\$ 845.750,00
ESPÓLIO DE EDSON RODRIGUES COSTA	4.250	R\$ 4.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>850.000</b>	<b>R\$ 850.000,00</b>

**Parágrafo Único:** responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

Dado e passado, os Sócios, já qualificados, resolvem de comum acordo aprovar a alteração acima indicada e a redação de suas cláusulas em razão das próprias deliberações e das demais que seguem, para então consolidar o Contrato Social da forma abaixo indicada, para que passe a vigorar com a seguinte redação aprovada por todos os sócios:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

## CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, jornalista, nascido em 08.12/1967, natural do Estado do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº.: 07.698.676-9 (IFP./RJ.), emitida em 05.09/1985, inscrito no CPF. do MF. sob o nº.: 942.150.737-15, residente e domiciliado na cidade de Barra Mansa/RJ., na Rua Prefeito Mário Pinto dos Reis, nº.: 124, bairro Verbo Divino, CEP.: 27.345-360 e espólio de **EDSON RODRIGUES COSTA**, aqui representado pela inventariante **ANTÔNIA CONSUELITA MACIEL COSTA**, brasileira, viúva, inscrita no CPF. do MF. sob o nº.: 104.812.547-57, portadora da carteira de identidade nº.: 633.305 (IFF./RJ.) emitida em 13/04/1970, residente e domiciliada na cidade de Barra Mansa/RJ., na Rua Pedro Flores, nº.: 68, bairro Estamparia, CEP.: 27.331-090, únicos sócios da firma **DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA. - EPP**, com contrato social registrado na JUCERJA sob o nº.: 33.2.0622397-5 em 18.01/1999, inscrita no CNPJ. do MF. sob o nº.: 02.942.624/0001-53.

### DA RAZÃO E SEDE SOCIAL

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A firma continua a girar sob o nome empresarial de **DUELO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA. - EPP**, e têm a sua sede na cidade de Volta Redonda, na Rua Alberto Pasqualine, nº.: 184, Vila Santa Cecília, CEP.: 27.261-310, podendo a critério dos sócios, abrir filiais, sucursais, agências ou nomear representantes em qualquer parte do Território Nacional, observadas as disposições legais e cabíveis.

### DO OBJETO SOCIAL

#### CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem como objeto social, a exploração do ramo de:

- a) Prestação de serviços de agência de publicidade e propaganda, bem como atividades complementares e vinculadas à atividade principal (CNAE.: 7311-4/00).

### DO CAPITAL SOCIAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O Capital Social é de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), divididos em 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 845.750 (oitocentos e quarenta e cinco mil e setecentos e cinquenta) quotas de **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**, totalizando a sua participação no montante de R\$ 845.750,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais) e 4.250 (quatro mil e duzentos e cinquenta) quotas do **Espólio de EDSON RODRIGUES COSTA**, já qualificado, totalizando a sua participação no montante de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), integralizados e subscritos em moeda corrente do país neste ato.

SÓCIO	QUOTAS	VALORES (R\$)
GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA	845.750	R\$ 845.750,00
ESPÓLIO DE EDSON RODRIGUES COSTA	4.250	R\$ 4.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>850.000</b>	<b>R\$ 850.000,00</b>

**Parágrafo Único:** responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

## DA ADMINISTRAÇÃO

## CLÁUSULA QUARTA

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**, individualmente, que representará a sociedade judicialmente ou extra-judicialmente, agindo com os poderes que a lei confere aos administradores das sociedades comerciais, cabendo-lhes a assinatura de todo e qualquer documento relacionado com a sociedade, inclusive emissão de aval, acerto de qualquer título de crédito, documentos públicos ou particulares que estejam dentro do objeto da sociedade, porém, sendo-lhes vedado o uso da firma em negócios estranhos ao do objeto social ou em favor de terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**Parágrafo Segundo:** Em razão do exercício da administração, o sócio administrador fará jus a uma retirada mensal, a título de pro-labore, em montante a ser estabelecido pela sociedade e proporcional ao faturamento auferido pelo serviço pelo qual cada um dos sócios é responsável, conforme disposto no parágrafo primeiro desta cláusula, aplicando-se o mesmo raciocínio às despesas, com exceção da comum que serão rateadas na proporção das quotas de cada um dos sócios e os gastos com investimentos.

**Parágrafo Terceiro:** Somente na venda ou aquisição de bens patrimoniais, será obrigatória a assinatura da totalidade dos sócios.

## DO PRAZO

## CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá prazo indeterminado de duração, podendo, todavia, ser extinta por decisão dos sócios em comum acordo. O início do objeto social se deu a partir do registro do Contrato Social na JUCERJA, da inscrição no CNPJ, do MF., da inscrição estadual e do respectivo Alvará de funcionamento.

## DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS

## CLÁUSULA SEXTA

No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, sendo assegurado aos herdeiros do pré-morto juridicamente capazes, o direito de substituí-lo em todos os direitos e obrigações que na sociedade lhe competiam.

**Parágrafo Único:** Nesta ocasião, o SÓCIO remanescente juntamente com o inventariante do espólio ou do representante do interdito, procederá um Balanço Geral no prazo de 30 (trinta) dias a fim de conhecerem o quinhão do sócio falecido, isto posto, o sócio remanescente pagará com juros e correção monetária aos herdeiros, seus direitos em prestações mensais, iguais e consecutivas, não ultrapassando o número de 12 (doze) prestações, ficando desde já reservado aos herdeiros, direito de prosseguimento e ingresso na sociedade, caso convenha; lhes e ao sócio remanescente, em igualdade de condições.


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



## DA REPRESENTAÇÃO POR HERDEIROS

### CLÁUSULA SÉTIMA

Quando partilhadas as quotas do sócio falecido e distribuídas a mais de um herdeiro, o direito de representar o Capital, em todos os seus atos de interesse da sociedade, inclusive alterações contratuais, elevação de Capital, entrada e saída de sócios, será neste caso exercida por um só herdeiro, devidamente designado pelos demais beneficiários, com as quotas do falecido. No caso de não chegarem os mesmos a um acordo, esse direito será atribuído do que possuir maior número de quotas, proveniente de inventário do sócio falecido.

## DA ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS

### CLÁUSULA OITAVA

Só serão admitidos novos sócios, quer por aumento de capital, quer por quaisquer outros motivos, mediante anuência expressa dos atuais sócios, o que se dará através de alteração contratual. Fica entendido que se um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, dando preferência na venda de suas quotas ao sócio remanescente. Caso este não se interesse deverá manifestar-se por escrito no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o sócio interessado a retirar-se da sociedade, vender suas quotas para terceiros, sempre respeitando a anuência do sócio remanescente.

**Parágrafo Único:** Caso o sócio remanescente não concorde com a transferência das quotas para terceiros, ficará obrigado a adquiri-las, efetuando o pagamento nas mesmas condições propostas para terceiros.

## DOS BALANÇOS GERAIS

### CLÁUSULA NONA

Aos trinta e um dias do mês de dezembro de cada ano, será levantado um Balanço Geral, a fim de se apurar os lucros ou prejuízos verificados no exercício, cujo produto será rateado entre os sócios, na mesma forma prevista no parágrafo segundo da cláusula quarta.

**Parágrafo Único:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## DOS NEGÓCIOS ALHEIOS À SOCIEDADE

### CLÁUSULA DÉCIMA

A denominação social somente poderá ser usada em negócios ligados à empresa, ficando desde já proibido qualquer tipo de avais, fianças, endossos, abonos ou assinaturas em favor de negócios alheios à sociedade.

## DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As deliberações sociais referentes a modificações de contratos, distribuição e indicação de administradores, incorporação, fusão, alienação ou dissolução da sociedade, alienação de bens móveis ou imóveis e o arrendamento de instalação, serão tomadas nos termos da legislação vigente e de acordo com o que estabelece o artigo 1076 do Novo Código Civil, Lei Federal nº. 10.406 - de 10.01/2002, bem como noutras disposições legais aplicáveis.


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



2882118

## DAS DISPOSIÇÕES

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os casos omissos no presente Contrato serão dirimidos pela Legislação Brasileira aplicável à matéria e em especial a Lei Federal nº.: 10.406 - de 10.01/2002 (Novo Código Civil) e no FORO desta Comarca de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, renunciando-se a qualquer outro por mui especial que seja.

E, por assim, estarem justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, e para só efeito, perante 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e a tudo presentes.

Volta Redonda, 22 de julho de 2015

Germ. & x  
**GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA**



Antonia Consuelita Maciel Costa  
**ESPÓLIO DE EDSON RODRIGUES COSTA**  
**Inventariante ANTONIA CONSUELITA MACIEL COSTA**



Testemunhas:

Carlos Augusto Haasis Neto  
**Carlos Augusto Haasis Neto**  
CPF.: 000.179.187-74  
Cl.: 07439790-2 IFP  
CARLOS A. HAASIS NETO  
CRC-RJ 080318/0-2

Giselle Confort Bandeira  
**Giselle Confort Bandeira**  
CPF.: 878.855.577-15  
Cl.: 07340314-9 IFP  
Giselle Confort Bandeira  
CRC - RJ 059797/0-8

Vitor Hugo Rabelo Macedo  
**Vitor Hugo Rabelo Macedo**  
OAB-RJ 105-931

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975  
Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C  
Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
**Bernardo F. S. Berwanger**  
Secretário Geral



2882119

Serviço Notarial 1º Ofício  
Volta Redonda - RJ  
Graciele Juber - Mat. 94/16926  
Substituta

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 1º OFÍCIO  
RUA VEREADOR LUIZ DA FONSECA GUIMARÃES, 140 - ATERROADO - VOLTA REDONDA - RJ  
CEP: 27.213-320 - TEL.: (24) 3347-3100 / 3347-1950 - CNPJ: 10.442.626/0001-08

093553  
AA164157

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:

GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA

VOLTA REDONDA, 17/09/2015. Total: 6,05 Conf. por:

GRACIELE J. MARCONDES DE OLIVEIRA, Mat. 94/16926

EBCW86135 ONN <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Serviço Notarial 1º Ofício  
Volta Redonda - RJ  
Graciele Juber - Mat. 94/16926  
Substituta

SERV NOT E REG DO 1º OFÍCIO B. MANSA

R JUIZ ANI CIANNI, 137 CENTRO

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:

ANTONIA CONSUELITA MACIEL COSTA

BARRA MANSA, 18/09/2015. Total: 6,05 Conf. por:

FLÁVIO AUGUSTO MONTEIRO CADILHE DE MAT. 94/18825

EBCQ27043 MPK <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SERVIÇO NOTARIAL E  
REGISTRAL DO 1º OFÍCIO  
Flávio Augusto M.C. de Oliveira  
Escritor Substituto  
Mat. 94/18825

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: DUELO COMUNICACAO TOTAL LTDA EPP  
Nire: 33206223975

Protocolo: 1920153183039 - 08/09/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/09/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 95E38F0578B4D7C41A9B29DCB2C2CC12155E2FCA3C66EDC0EB8A36DCD78F836C

Arquivamento: 00002817479 - 22/09/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



SERVIÇO NOTARIAL 1º OFÍCIO  
Volta: 115 - RJ  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 07898676-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/09/94

NOME GERALDO ANDRÉ MACIEL COSTA

FILIAÇÃO EDSON RODRIGUES COSTA

NATURALIDADE ANTONIA CONSUELITA MACIEL COSTA DATA DE NASCIMENTO 18/12/1987

RIO DE JANEIRO

DOC. ORIGEM C. NASC. LIV. 96 FLS. 146

TERM. 52533 D. BARRA MANSA

942150737/15 PIS. 12437664914

ASSINATURA DO DIRETOR LEIN 7 116 DE 2008/83

Serviço Notarial 1º Ofício  
Volta Redonda - RJ  
Maria de Fatima Vilas de Lima

Serviço Notarial 1º Ofício  
Volta Redonda - RJ  
Maria de Fatima Vilas de Lima

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 1º OFÍCIO  
RUA VEREADOR LUIZ DA FONSECA GUIMARÃES, 149 - ATERRO - VOLTA REDONDA - RJ  
CEP: 27.213-320 - TEL.: (24) 3347-3100 / 3347-1950 - CNPJ 30.442.628/0001-08



**AUTENTICAÇÃO**

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.  
Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundparj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28  
Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,30. Total: R\$ 8,13.

VOLTA REDONDA/RJ, 26/12/2019.  
MARIA DE FATIMA VILAS DE LIMA. Em test. da verdade. Conf. EDER 00174 OBV Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>